

Os limites do domínio do privado: a casa como extensão e reflexo dos sujeitos

Ben-Hur Bernard Pereira Costa¹
Dra. Maria das Graças Pinto Coelho²
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

Ao definir a habitação como um meio de comunicação, McLuhan expôs a transição da casa de um estágio primitivo, que funcionava como uma extensão eficiente do Homem, para a casa do sujeito “letrado”, que a fragmentou, engessando o domínio do espaço como um todo. Assim, a concepção da casa internamente vem passando por alterações que autorregulam o seu sistema – aqui entendendo a casa como um sistema comunicacional, que se constitui de uma associação de aparatos técnicos e estrutura, moradores, dinâmicas de ocupação e de uso espacial e moral empregada. O trabalho se dedicará a discutir essas alterações e a relação destas com o entendimento externo sobre o privado, perpassando inclusive pelas iniciativas políticas do Estado para com a moradia dos sujeitos.

Palavras-chave:

Casa. Sistema de comunicação. Políticas de habitação. Práticas sociais.

Abstract

By defining a household as a mean of communication, McLuhan exposed its transition from a house of a primeval stage, that worked as an efficient extension of the mankind, to the home of the literate men, whom shattered it, stifling the space's domain as a whole. Thus, the concept of housing has been internally given new meanings that self-regulate its system - as in comprehending householding as a communicational system, that consists of an association of technical devices and structure, residents, dynamics of occupation and of a spatial use and morals applied. This article will be engaging on the discussion of these changes and their relation with the understanding of the mutual concern upon privacy, spanning as well the State's public initiative for the subjects' householding.

Keywords:

Householding. System of communication. Housing policy. Social practices.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da UFRN. E-mail: bernardcosta89@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2002). Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da UFRN. E-mail: gpcoelho8@gmail.com

1. A casa, o lar e seus limites

O lar é o motivo pelo qual o lugar onde moramos é especial e diferente de qualquer outro espaço onde poderíamos executar as mesmas atividades que normalmente fazemos na nossa própria casa. Mas afinal, o que é o lar?

O lar é o não-espaço da casa. Ritualizado e mítico, o lar é a alma da casa e o paraíso de nossa individualidade privada. [...] O lar caracteriza-se por ser um espaço imaginário, simbólico; um conjunto de práticas concretas e rituais imaginários que fazem de minha casa algo sem igual (LEMOS apud REQUENA, 2007).

Portanto, aquilo que de mais significativo existe no ambiente em que moramos não são as suas paredes, seus móveis, sua localização na cidade e muito menos o seu tamanho. À casa é de responsabilidade vital atender as necessidades humanas (dormir, alimentar-se, fazer a higiene pessoal, etc.), pois esse é o mínimo que o fator físico deve atender. Ao lar é de responsabilidade abrigar a subjetividade da família e todos os seus códigos e atividades próprias, independente do tamanho que a casa possui.

Assim, a casa poderia ser – a depender de quem efetua essa interação, ou falta dela – um agente que realiza a comunicação. De uma forma geral, a casa transmite informações, sendo algumas delas bastante interpretativas, como a luz elétrica acesa, que vista de fora pode denunciar que há alguém em seu interior; ou seu estilo arquitetônico, que pode indicar gostos, época, classe social e cultura. Mas a casa, em seu interior, é ainda mais transmissora de informações, que se firmam como opiniões, posições e valores, pois não há apenas emissão e recepção de ideias, mas apropriação e transformação entre seus moradores e o espaço, que se alteram e são alterados.

O lar se impõe pelas pessoas, que alteram sua moral a todo momento, mas os objetos e a casa também se impõem. No caso das paredes, que se mantêm rígidas e imperiosas quanto ao fluxo das pessoas, da comunicação e dos objetos, é um exemplo de que o lar possui condicionantes para seu funcionamento. O lar, então, seria um organismo vivo aberto, mas que assim como uma estrutura biológica comum, não estaria passível a todo tipo de transformação. Dentro do lar haveria, então, uma conduta moral e física – sendo que ambas se confundem – de como comunicar dentro desse sistema. As portas e janelas mediarão transmissões, bem como os aparelhos eletrônicos e digitais.

Então se desconsiderarmos o material humano nesse sistema, a casa por si só seria um modelo que normatiza o fluxo da comunicação em seu interior? A questão é que sua própria

estrutura é pensada sob um viés humano, logo não há como desconsiderar o morador. Mas então a casa é construída para justamente condicionar a comunicação de quem a idealizou? Ou seja, quem constrói a casa a faz para justamente se autorregular?

A casa, portanto, não serviria apenas para resguardar a família das intempéries e lhe trazer privacidade, mas também seria um espaço de produção, apropriação e de aplicação de uma moral própria para cada grupo de moradores. Essa esfera social é predominantemente privada, sua lógica estrutural, seu corpo simbólico construído por meio das práticas entre os moradores, as regras etc., tudo indica seu caráter particular, que faz com que o espaço da casa seja o oposto da esfera pública. Tanto que, para DaMatta (1986), referente à família brasileira, algumas discussões que podem comprometer a tranquilidade familiar não ultrapassam algumas barreiras físicas como a mesa, salas íntimas e muito menos os quartos. Já espaços como varanda e quintal, continua DaMatta, são propícios para qualquer altercação, pois são “locais marginais da casa, posto que situados entre o seu interior (cujo calor revela a igualdade de substância e de opiniões das pessoas que ali residem) e a rua” (DAMATTA, 1986). Para Bachelard (1974), inclusive, a sensação de intimidade deve ser intensificada, para que haja uma experiência de qualidade no ato de habitar. Para ele, saber, sentir ou construir um universo de perigo fora da casa é importante para a construção e manutenção dos “devaneios”. Então, de forma direta ou indireta, a dicotomia entre público e privado são determinantes para a concepção do lar.

Já sobre a concepção da casa, tendo como objetivo principal abrigar pessoas, ainda hoje, mesmo as famílias diferenciando-se umas das outras, a casa vem sendo estruturada praticamente da mesma forma. Requena, com base em Tramontano (2007), discorre sobre o “modelo burguês parisiense” que se alastrou por todo o mundo ocidental, ainda no século XIX, inclusive aqui no Brasil. Este modelo consiste numa “configuração tripartida em setores *social*, *íntimo* e de *serviços*” (REQUENA, 2007). Ou seja, no campo das Ciências Sociais (DAMATTA, 1986) e no campo da Arquitetura (REQUENA, 2007), os espaços físicos são determinantes e fundamentais. Ainda sobre o modelo parisiense, ele é previamente setorizado e destinado para as atividades dos moradores antes mesmo de ser utilizado. A família, então, se adéqua ao novo lar.

Ainda segundo Requena, no Brasil, independente de condições econômicas, as casas são planejadas de acordo com o modelo burguês do século XIX:

Ao compararmos uma planta atual de um apartamento na cidade de São Paulo á planta do apartamento parisiense de 1880, notamos claramente a presença da mesma tripartição em setores social [living, sala de jantar e lavabo], íntimo [quartos e banheiros] e de serviços [cozinha, lavanderia e dormitório de empregados] [...] (REQUENA, 2007).

Obviamente esses espaços pré-planejados apontam para uma necessidade comum a qualquer pessoa e a qualquer família, mas se a estrutura física da casa incide diretamente, como já vimos, no funcionamento do lar e da família, é certo previamente destinar os ambientes físicos para suas respectivas atividades? E ainda há de se considerar que, mesmo que o modelo nuclear familiar (pai, mãe e filhos) seja predominante ainda hoje (REQUENA, 2007), as famílias não são iguais e não mais constroem um lar semelhante aos outros. Consecutivamente a casa não pode ser antecipadamente preparada para os seus moradores. E estes também mudam a cada nova época.

Mesmo que não se admita durante o processo projetual da casa que ela possui propriedades de mutação, após sua concepção como estrutura e, principalmente, durante o seu uso, essa característica é acionada. Certeau (2013) considera as práticas sociais, mais especificamente as do cotidiano, como ações que podem “fabricar” ou realizar uma transformação cultural. Observa-se que o contato ativo que as pessoas têm com representações, imagens, incluindo-se nesse bojo, os espaços físicos e que ações como morar/habitar e até mesmo cozinhar indicam que o uso do ambiente não se dá de maneira passiva e que, portanto, a casa estará sempre em transformação, basta que dela se faça uso.

2. A casa como sistema de comunicação

Segundo a teoria metapórica, de Marcondes Filho (2011), a comunicação só acontece na presença ou ausência do outro, este, porém, não precisa ser uma pessoa, mas pode ser um objeto inanimado, por exemplo. Assim, a casa poderia ser – a depender de quem efetua essa interação, ou falta dela – um agente que realiza a comunicação.

Quando Heráclito sugere que não há pessoas nem coisas, apenas acontecimentos (na nossa linguagem: apenas relações), quando Husserl formula a possibilidade de uma ciência do transitório, quando Bergson aposta na possibilidade de um saber assentado no movente, em todas essas circunstâncias a ideia é a de que se pode delinear o que define a comunicação sem inseri-la numa camisa de força, sugerindo apenas as circunstâncias em que ela é favorável, deixando o campo aberto para as ocorrências arbitrárias, espontâneas, livres. Estamos aqui, então, diante de um conceito de ser mais próximo a uma postura heideggeriana que, refutando a

metafísica, aposta na possibilidade de um ser enquanto movimento, temporalidade e permanente transformação (MARCONDES FILHO, 2011, online).

Na casa, essa comunicação não seria efêmera a ponto de alterar com rápida frequência e de forma abrupta a moral que se impõe e que se transmuta em seu interior e em suas extensões, mas a casa se mostra sempre aberta para as transformações pessoais e sociais. O que se confunde, porém, é quem realmente muda, a casa ou o lar? O que se entende por casa é a sua estrutura física, sua espacialidade e limites bem definidos, inclusive no que diz respeito à casa e a rua – propriedade privada e espaço público. O lar compreende a trama de significações que são produzidas dentro da casa e transportadas para ela. Então o lar é o que, na verdade, se configura como a substância do sistema de comunicação e não a casa, já que hoje a comunicação se institui cada vez mais como uma ciência do acontecimento, muito mais que uma ciência dos meios ou da informação comercializada, segmentada em habilitações das escolas de comunicação.

A partir dessa perspectiva, de ver comunicação como algo virtual, como mera possibilidade, como ocorrência imprevisível e livre, a proposição da Nova Teoria sugere que a relação filosófica entre sujeito e objeto sofra, mais uma vez, uma reelaboração (MARCONDES FILHO, 2011, online).

Outros autores também já expuseram a necessidade de uma ciência da comunicação mais compreensiva, para que ela mesma consiga dar conta dos processos comunicacionais:

Há, na relação comunicativa, mais do que informação que se deixa veicular pelo enunciado e, “portanto, além do que se dá a conhecer, há o que se dá a reconhecer como relação entre duas subjetividades, entre os interlocutores”. Na prática, a questão, colocada com a nobreza que lhe é devida, é a de saber “quem é, para mim, esse Outro com quem eu falo e vice-versa”.

Em resumo, “esta é a situação enunciativa da qual não dão conta por inteiro a racionalidade linguística nem as muitas lógicas argumentativas da comunicação”, afirma Sodré (2006:10). Releva a significação humana e cognitiva do afeto, das “estratégias sensíveis”, nesse domínio de tantos acidentes geográficos [...] (KÜNSCH, 2008, p. 48).

Essa é também a substância do lar, pois ele é justamente esse não-espaco, mas ao mesmo tempo ocupa um território quase delimitado (pela casa), onde se produz conhecimento e se assimila valores. Esse sistema composto de estrutura física e pessoas se estabelece no lar, que ao mesmo tempo que é material, quando atribuímos à uma peça de mobiliário um valor funcional-estético, também é imaterial, quando sua razão de ser dentro do lar também se põe sob o valor afetivo. Essa relação que parece dicotômica, na verdade expõe uma comunicação

por via de mão dupla entre morador e objeto, pois este também comunica, até porque sua razão de ser dentro da casa pode estar além da percepção do sujeito, pode ser anterior a ele, inclusive. Uma poltrona de um ente falecido, ou o porta retrato ostentando memórias de um tempo que nunca se viveu e que só pode ser acessado pelas histórias que se contam pelos mais velhos e pela própria fotografia.

Embora o lar seja a substância desse sistema, no que se refere ao funcionamento da casa como uma ambiência de comunicação, a casa como estrutura ainda se institui como uma das principais agentes de transformações na regulação desse lar. É possível identificar, atualmente, que existe um processo de redução do tamanho dos imóveis (RICHARDSON, 2007) e a demanda é muitas vezes maior que a própria oferta (BORGES, 2009). Apartamentos tipo “quarto e sala” são frequentemente ofertados e seus públicos alvos são pessoas solteiras, separadas e viúvas. Estudantes de outras cidades também buscam casas menores (LEÃO, 2010), assim como recém casados integram o quadro de perfis possíveis para esse tipo de imóvel, atraídos por preços mais baixos (BORGES, 2009). Inevitavelmente ao pensarmos em pequenas residências dirigimos nossa atenção aos apartamentos e não por acaso, visto que os espaços urbanos seguem cada vez mais conflituosos quando o assunto é acomodação de mais pessoas; assim, não por acaso a solução aparentemente é viver na vertical (RICHARDSON, 2007).

Esses fatos têm propiciado adoção de ambientes multifuncionais, ou seja, cômodos que abrigam mais de uma função, como o quarto, que pode ser escritório ao mesmo tempo, ou pode apenas ser um sofá-cama, que ora se configura como sala-de-estar, ora como quarto. Um dos modismos do mercado imobiliário criou a “cozinha gourmet”, para se receber visitas em um espaço que antes era escondido nos fundos da casa. Toda essa reviravolta põem em cheque a tradicional casa brasileira discutida por DaMatta (1986), tornando-a mais próxima da “habitação” que Mcluhan traz a tona ao instituí-la como extensão. O pensador vai além, ele a põe como um meio de comunicação:

O vestiário e a habitação, como extensões da pele e dos mecanismos de controle térmico, são meios de comunicação – antes de mais nada – porque moldam e recombina as estruturas da associação e da comunidade humanas. As várias técnicas de iluminação e aquecimento não parecem senão dar maior flexibilidade e alcance ao que já é princípio básico na roupa e na casa – a saber, a extensão dos mecanismos de controle térmico de nosso corpo, de modo a permitir-nos atingir um certo grau de equilíbrio num ambiente cambiante (MCLUHAN, 2002, p. 149).

Assim, instituindo a “habitação” como um meio de comunicação, McLuhan traz novas possibilidades para se pensar a casa além da sua função de abrigo e aprofunda suas questões para além das transformações físicas e sociais e a torna em um equipamento técnico de extensão das pessoas. O autor contextualiza as transformações estruturais ao fazer o comparativo entre a habitação do “homem tribal” com a do “homem letrado e civilizado”, ao expor que este “tende a restringir o espaço e separar as funções, enquanto o homem tribal livremente projeta a forma de seu corpo para abranger o Universo.” (2002, p. 145).

Com a expansão do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e equipamentos de automação nos lares, da redução dos espaços internos das moradias nos centros urbanos, propiciando a multiutilização criativa dos cômodos – e também das transformações sociais que incidem na estrutura das casas – a habitação contemporânea está cada vez mais próxima de voltar a ser uma extensão mais efetiva, ao invés da fragmentada, concebida pelo “homem letrado”. McLuhan expõe que para o “homem tribal” a sua habitação era como a imagem de seu próprio corpo e do Universo ou cosmo (2002, p. 145), assim a compartimentação da casa seria como a instalação de ruídos nesse sistema de comunicação, pois o morador não teria acesso total ao seu “cosmos aberto”.

Tendo aceitado uma tecnologia analítica da fragmentação, o homem letrado não encontra acesso às estruturas cósmicas tão facilmente quanto o homem tribal. Prefere os espaços separados e compartimentados ao cosmos aberto. Está menos inclinado a aceitar seu corpo como modelo do Universo, ou a ver a sua casa – ou qualquer outro meio de comunicação – como uma extensão ritual de seu próprio corpo (MCLUHAN, 2002, p. 154).

O lar é um organismo vivo e, portanto, não parece mais haver sentido em montá-lo com limitações prévias, sendo que cada morador e famílias são únicos e podem ter necessidades outras, que não são contempladas com a prévia delimitação de espaço. A ideia de espaços multiusos e de mobiliário multifuncional, que são alguns dos aspectos que tornam essa retomada da “casa como cosmos aberto” algo contemporâneo, na verdade já era vivenciada há algum tempo. Folz e Martucci (2005) indicam que na Idade Média, nas casas ocidentais, era comum existir um grande cômodo onde era realizada a maioria das atividades cotidianas dos moradores, como dormir, cozinhar, se alimentar e se entreter. O mobiliário era projetado com a finalidade de suportar essa flexibilidade.

Os poucos móveis que existiam neste cômodo ofereciam certa versatilidade ou por serem desmontáveis ou por possuírem mais do que uma função como os bancos-baús que serviam como assento e para armazenagem. (FOLZ e MARTUCCI, 2005, p. 2).

Esse modelo vigorou até o século XIX, quando os cômodos se compartimentaram e assumiram funções distintas (FOLZ e MARTUCCI, 2005). A arquitetura moderna do início do século XX, porém, mesmo tendo imposto um modelo *standart* de casas e que já se utilizavam do modelo tripartido (REQUENA, 2007), ao menos no Brasil, também realizou experimento de casas com interiores mais abertos e de flexibilização dos espaços. O exemplo mais icônico desse período é a residência Schröder, em Utrech, de 1924, projeto de Gerrit Rietveld.

A obra-prima [...] surge diante de nós como uma composição abstrata de planos que se entrelaçam. O espaço da sala de estar, no primeiro andar, integrou o mobiliário e as paredes, as quais se erguem em ângulos retos, para permitir que esse mesmo espaço se modifique em sua amplitude, fracionando-se em espaços menores (DEMPSEY, 2003, p. 121).

Na década de 1960 surgiu o grupo inglês Archigram, de jovens arquitetos, que subverteram a arquitetura radicalmente, principalmente no sentido de solidez e durabilidade que as construções sempre tiveram, pois o grupo defendia a efemeridade, a constante mudança das moradias, bem como das cidades. Eles acreditavam que a cidade era como um organismo vivo, que deveria acompanhar as mudanças tecnológicas (SILVA, 2010). Um de seus maiores expoentes, Peter Cook, idealizou, em 1964, o projeto *Plug-in City* (Cidade Interconexa), que, segundo Silva (2010), consistia numa cidade tentacular construída a partir de uma megaestrutura em forma de rede, erguida com produtos pré-fabricados. Esses elementos interligados seriam módulos ou cápsulas móveis que poderiam ser substituídas ao longo do tempo, a medida em que entrassem em “desuso”.

[O nome Archigram] vem da junção entre as palavras architecture e telegram. A idéia era lançar uma publicação que fosse mais simples e mais ágil que uma revista comum e que tivesse a instantaneidade de um telegrama. Esta publicação mesclava projetos e comentários sobre arquitetura com imagens gráficas, cuja referência vinha do universo pop da TV, do rádio e das histórias em quadrinhos, como os space-comics, por exemplo. [...] Segundo Dominique Rouillard, o Archigram foi talvez o primeiro grupo de arquitetos a se lançar no mercado como um produto da mídia (SILVA, 2010, online).

Décadas antes do Archigram e sua “arquitetura conexcionista [...] [que] remete à organização de uma máquina ou de um computador.” (SILVA, 2010, online), o famoso arquiteto Le Corbusier, um dos mestres da arquitetura moderna mundial, já cunhava a célebre ideia de a casa ser uma “máquina de morar”, oriunda dos esforços de racionalizar e tornar funcional os espaços arquitetônicos (SZÜCS *et al*, 2007, p. 483). Logo, se a casa é uma máquina, do ponto de vista comunicacional, seria ela mera

estrutura com funções delimitadas? Imediatamente, devido ao contexto já exposto anteriormente, a resposta seria não, já que é sabido que a casa é um organismo vivo, que vem se moldando a cada nova mudança social ou pessoal dos moradores. Porém, se máquina, ela não seria mero equipamento de automação, mas sim uma máquina aberta.

Rejeitando a ideia apocalíptica do ser humano como escravo das máquinas, Simondon (1989) discute uma relação de trocas entre eles. A máquina automática, que seria um objeto técnico fechado, com funções predeterminadas, não poderia oferecer resultados complexos, tal qual a máquina-casa oferece. Seria a casa, então, uma máquina aberta, dotada de uma sofisticação técnica. Um conjunto de máquinas abertas põe as pessoas como um intérprete das relações entre as máquinas (SIMONDON, 1989). Cabe questionar, logo, se a seria a casa uma unidade de máquina, que possuindo alta tecnicidade, se comunica com outras máquinas fora dela, ou se seria a casa o sistema de máquinas abertas, tornando-se um “conjunto associado”. A casa possui essa capacidade de associar outras máquinas, abertas e fechadas, de mídia, de automação e de funções predeterminadas, formando um sistema de informação.

Ao colocar o nosso corpo físico dentro do sistema nervoso prolongado, mediante os meios elétricos, nós deflagramos uma dinâmica pela qual todas as tecnologias anteriores – meras extensões das mãos, dos pés, dos dentes e dos controles de calor do corpo [o vestuário e a habitação], e incluindo as cidades como extensões do corpo – serão traduzidas em sistemas de informação (MCLUHAN, 2002, p. 77).

A casa, portanto, sistematiza o conjunto de objetos técnicos existentes em seu domínio, regulando informações, valores, pessoas e símbolos. O lar é o que há de mais substancial na habitação, mas a casa, pensada como uma máquina aberta, ou como ambiência – que como visto, comporta lares diferentes, mesmo aparentemente sendo uma construção semelhante a outras e com funções previamente elaboradas – é uma das agentes que, como um ambiente associado, aponta para as possibilidades comunicacionais no espaço.

3. O Estado invade a esfera privada

Fazendo parte de uma conjuntura que extrapola seus limites físicos, a casa sofre influência direta e indiretamente das transformações sociais. Se a casa é um meio de comunicação (MCLUHAN, 2002) que regula seus usuários, ela também é regulada por morais diversas e uma das instituições que atuam nessa linha é o Estado. Um exemplo emblemático foi a experiência das primeiras agentes do Serviço Social no Brasil, no período do Estado Novo, entre as décadas de 1940 e 1950, a fim de instruir o trabalhador e a sua família para poder ter direito a acessar a nova sociedade que surgia. Entre as diversas

competências das profissionais, uma delas consistia em instituir uma lógica para construção e uso das habitações, de acordo com uma ética cristã e de reprodução de uma ideia de como o proletariado deveria ser instruído para participar do Brasil novo e progressista (NASCIMENTO, 2006).

Atualmente, o exemplo mais substancial dessa relação habitação/Estado é a moradia de interesse social, que é resultado de uma ineficiência das habitações brasileiras, especialmente no que se refere ao alcance da distribuição de casas para a população com menor poder aquisitivo. Esse déficit inclui falta de moradia, precariedade das habitações, alugueis onerosos e adensamento dessas unidades (SILVA *et al*, 2010). Essa realidade brasileira foi detectada já no exemplo do Banco Nacional da Habitação (BNH) na década de 1970 (SILVA *et al*, 2010), mas obteve destaque nas atuais discussões referentes à construção civil, especialmente as moradias em centros urbanos. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) de 2009, financiado em parte pelo Governo Federal é uma das iniciativas mais lembrada e apontada pelo sucesso da proposta política. A Caixa Econômica Federal atua como agente executor, mas o Programa ainda envolve outros atores como o Ministério das Cidades, o Ministério da Fazenda, o Poder Público Estadual e Municipal, construtoras e um Executor do Trabalho Técnico Social (CAIXA, 2014, online). O objetivo é atender famílias com renda mensal até R\$ 1,600,00 (mil e seiscentos reais).

Em relação ao contexto estrutural, esses empreendimentos podem ser casa térrea ou apartamento e não ultrapassam os 40m²; exige-se ainda dos projetos apresentados: dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, sendo que as dimensões de todos os cômodos devem contemplar um mobiliário mínimo (CAIXA, 2014; SILVA *et al*, 2010). Tais especificidades são compreensíveis, visto que a proposta principal é facilitar o acesso à habitação para todos, fazendo com que o processo de construção funcione numa lógica *fordista* e também porque a unidade habitacional precisa atender de forma indiscriminada para cada usuário do Programa. Porém, o projeto já parte de uma não flexibilização dos cômodos, sendo que a arquitetura e o design de interiores já possuem experiências que se contrapõem a essa questão (BRANDÃO e HEINECK, 2003), otimizando os espaços e dando autonomia ao morador.

Em 2013, ao PMCMV, foi adicionado o Minha Casa Melhor, que é uma linha de crédito de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para os usuários que não possuem pendências no pagamento das parcelas da unidade habitacional, para que se possa equipar a casa com peças

de mobiliários, eletrodomésticos e eletroeletrônicos. A iniciativa antecipa, com uma relação de itens, os tipos que podem ser adquiridos, tais como guarda-roupa, camas de casal e de solteiro, mesa com cadeiras, sofá, estante, móveis para cozinha, refrigerador, fogão, micro-ondas, lava-roupas, TV digital, computador e tablete. Assim, o Programa institui não só a dinâmica comunicacional no lar, ao determinar um derivado do modelo tripartido (REQUENA, 2007) como projeto base da habitação; mas também que objetos técnicos e demais peças são os essenciais para a composição do lar.

A questão é que, como já visto, à casa deveria ser dada a liberdade de ela se alterar para receber esse novo morador, visto que ela é um sistema de comunicação regulador das pessoas, bem como os itens que a compõe. Ao criar o Minha Casa Melhor, se institui o engessamento de um só modelo de casa para todos, traçando uma situação de impedimento de novas possibilidades, já que o que se constrói em seu interior é decisivo para definir o fluxo comunicacional dessa família.

Entende-se, porém, que se trata de um projeto político, mas mesmo assim, impede que cada morador invista o seu crédito naquilo que lhe parece mais adequado ao seu sistema de morar. A casa, que deveria ser única, pois cada uma abriga um lar único e que não pode ser reproduzido, torna-se, enfim, sob o exemplo das habitações de interesse social, um equipamento matriz para todos os usuários, que de fato permite uma flexibilização, pois a relação das pessoas com seu lar é de mutação simbiótica e constante. Porém, esse modelo poderia permitir uma infinidade maior de possibilidades de comunicação.

4. Referências bibliográficas

BACHELARD, G. *Poética do Espaço*. In: *Os Pensadores XXXVIII*. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

BORGES, J. **Imóveis cada vez menores**. Disponível em <<http://www.catagua.com.br/noticia/imoveis-cada-vez-menores>>. Acessado em 9 nov 2014.

BRANDÃO, D. Q.; HEINECK, L. F. M. Significado multidimensional e dinâmico do morar: compreendendo as modificações na fase de uso e propondo flexibilidade nas habitações sociais. In: **Ambiente Construído** v. 3, n-4. Porto Alegre: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, out.-dez. 2003. p. 35-48. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6932/1/2003_art_lfmheineck_significado.pdf>. Acesso em 9.nov.2014.

CAIXA. **Programa Minha Casa Minha Vida** - Recursos FAR. Disponível em:
<http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/saiba_ma_is.asp>. Acessado em 9.nov.2014.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis. Editora Vozes, 2013.

DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro. Editora Rocco, 1986.

DEMPSEY, A. **Estilos, escolas & movimentos**. São Paulo. Cosac & Naify, 2003.

FOLZ, R. R.; MARTUCCI, R.. Interior da unidade habitacional mínima: design como instrumento para melhoria da habitabilidade. In: 3º CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM DESIGN, 2005 - Rio de Janeiro. **Anais... Anais...Rio de Anais... Janeiro: UniverCidade; ANPED; CAPES; FAPERJ, 2005. 1 CD-ROM.**

KUNSCH, D. **Crise, compreensão e comunicação**: contra a certeza do pensamento avassalador. Líbero [Online], Volume 11 Número 22. 2009. Disponível em:
<<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Crise-compreens%C3%A3o-e-comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 9.nov.2014.

LEÃO, C. A. V. **Pequenos espaços, Grandes soluções**. Disponível em:
<http://www.portaldoarquiteto.com/ponto-de-vista/celeste-valverde/pequenos-espacos-grandes-solucoes_4.html>. Acessado em 9.nov.2014.

MARCONDES FILHO, C. De repente, o prédio falou comigo. anotações sobre experiências metapóricas em teoria da comunicação. In: **Anais da XX Compós**. 2011. Porto Alegre Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1656.doc>. Acesso em 9.nov.2014.

MCLUHAN, M.. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo. Cultrix, 2002.

NASCIMENTO, F. B. do. Lar e família: o discurso assistencialista sobre habitação popular nos anos 40 e 50. In: **Risco**: Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo. São Paulo: PPG do Dep. de Arquitetura e Urbanismo / EESC-USP, 2006. P. 43-156. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44656>>. Acesso em 9 nov 2014.
O que eu posso comprar?. **Minha Casa Melhor**. 2014. Disponível em:
<<https://minhacasamelhor.com.br/>>. Acesso em 9 nov 2014.

REQUENA, C. A. J. **Habitar Híbrido**: Interatividade e Experiência na Era da Cibercultura. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007. Disponível em
<http://www.gutorequena.com.br/site_mestrado/habitar%20hibrido.pdf>. Acesso em 30 abr 2014.

RICHARDSON, P. **XS ecológico**: Grandes idéias para pequenos edifícios. Barcelona. Editorial Gustavo Gili, 2007.



SILVA, A. T. da; MORO, P. R.; KERN, A. P.; GONZÁLEZ, M. A. S.; KOCH, D. B. Parâmetros de sustentabilidade e empreendimentos de habitação de interesse social. In: Anais do Congresso Internacional de Sustentabilidade e Habitação de Interesse Social. Porto Alegre, Brasil: **Anais...** Porto Alegre: CAHIS, 2010.

SILVA, M. S. K. da. **Redescobrimo a arquitetura do Archigram.** Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp231.asp>>. Acessado em 19 jul 2014.

SIMONDON, G. **Du mode d’existence des objets techniques.** Paris: Aubier. Moutaigne, 1989.

SZÜCS, C.; PEREIRA, G. M.; SILVA, C. de S. F. da; COSTA, M. Sustentabilidade social e habitação social. In: Anais do IV Encontro Nacional e II Encontro Latino-americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. Campo Grande, Brasil: **Anais...** Campo Grande: 2007.